

# Sugestões para a criação de empregos

por Pedro Cafardo  
de São Paulo

Economistas de todos os conselhos regionais e do Conselho Federal de Economia reuniram-se no último fim de semana em São Paulo para elaborar um documento com proposta para a formação de uma política econômica para o País. Mas os relatos dos representantes dos vários estados, principalmente do Nordeste, foram tão dramáticos que o documento acabou dando prioridade à sugestão de um plano de emergência para atenuar a situação de crise social.

Dentro do plano, a primeira iniciativa, segundo os economistas, seria a criação de novos empregos, através de frentes de trabalho urbanas e rurais. A inclusão da expressão frentes de trabalho no documento encontrou resistências de boa parte dos economistas, pelo seu caráter pejorativo (lembra as frentes do Nordeste, com salários muito inferiores a um salário mínimo).

Os trabalhadores das frentes imaginadas pelos economistas, porém, como explicou a este jornal o presidente do Conselho Regional de São Paulo, Luciano Coutinho, receberiam remuneração ao nível do salário mínimo. A falta de recursos, segundo ele, não é desculpa para impedir a iniciativa.

Para dar trabalho, por exemplo, a 2 milhões de pessoas, seriam gastos, por ano, algo em torno de Cr\$ 2,9 trilhões, recursos que poderiam ser obtidos no orçamento fiscal. "Defendemos a volta do déficit fiscal clássico. Desde que ele não seja brutal, como 20% do PIB, não faz mal a nenhum país, não é causa de inflação", diz Coutinho.

Mas o próprio financiamento do programa de emergência, como a retomada não inflacionária da economia, exige medidas financeiras e fiscais. O documento dos economistas defende a desindexação e a limitação da correção monetária pós-fixada plena apenas para a caderneta de poupança.

(Continua na página 3)

POLÍTICA ECONÔMICA

CAZETA MERCANTIL

Economia Brasil

10 JUL 1984

# Sugestões para a criação de...

por Pedro Cafardo  
de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

e para títulos públicos de longo prazo.

O plano de emergência inclui ainda o estabelecimento de um programa de oferta de alimentos básicos a preços reduzidos, a revogação do Decreto-lei nº 2.065 (política salarial) e a compatibilização das prestações dos mutuários do BNH à sua capacidade de pagamento.

Para a área externa, os economistas propõem mudança na postura de negociação para estancar a transferência de recursos para o exterior. A moratória seria utilizada apenas "se necessário".

As condições atuais das contas externas, ante a

possibilidade de um superávit de US\$ 12 bilhões na balança comercial, são bastante diferentes das do início do ano passado, quando havia uma verdadeira asfixia cambial. Os economistas alertam, porém, para o fato de que essa reversão decorreu basicamente das mudanças no mercado internacional, com a reativação da economia norte-americana.

No setor interno, o documento dos economistas sugere, além da desindexação, uma rigorosa reimposição dos controles de preços, o espaçamento do reajuste dos preços básicos administrados, as importações de emergência para combater pressões altistas e o contingenciamento de exportações.

presas estatais, reescalando-as ou materializando-as em aporte de capital, de forma a serem transformadas em passivo de longo prazo das autoridades monetárias.

Essas medidas de reforma fiscal e financeira permitirão desafogar a situação caótica das finanças públicas, especialmente dos Estados e Municípios, abrindo o espaço para a execução do Programa de Emergência. Elas devem ser acompanhadas por uma política monetária e creditícia flexível, com redução imediata do patamar dos juros reais. Um certo nível de déficit fiscal, de natureza não financeira, deve ser admitido temporariamente como força antirecessiva para propulsão da reativação do gasto público, notadamente no campo social. Evidentemente, o elenco de medidas acima é incompatível com a política atual — superada pelo FMI — sendo imprescindível abandoná-la.

sulte, numa significativa melhoria nos padrões de distribuição de renda e de desenvolvimento regional.

"Por outro lado, a manutenção do crescimento em bases sólidas pressupõe que se complete o reordenamento nas áreas financeira e fiscal, com recuperação do princípio federativo, e que se implementem transformações na estrutura agrária e no perfil industrial e tecnológico.

"A Assembleia Nacional Constituinte e o estabelecimento imediato das eleições diretas para a Presidência da República constituem o caminho mais seguro para a construção da democracia que desejamos irreversível. Somente uma nova ordem democrática viabilizará um padrão de desenvolvimento econômico na direção de uma estrutura social justa que corresponda aos anseios da Nação."

## O documento dos economistas

O documento dos economistas é o seguinte:

"Após quatro anos de política recessiva, de custos sociais incomensuráveis, a sociedade brasileira anseia pelo restabelecimento imediato do crescimento econômico.

"Coerentes com as diretrizes apresentadas à Nação nos Congressos de Recife (1981) e Curitiba (1983), nós, Conselheiros Federais e Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, vimos reafirmar o princípio de que a retomada do crescimento deve orientar-se no sentido da criação de empregos, redistribuição da renda e da riqueza social, com o objetivo de eliminar a vergonha nacional representada pelos enormes bolsões de pobreza absoluta.

"Ao nível do sistema produtivo, existem condições objetivas para a recuperação da economia: elevados níveis de capacidade ociosa na indústria, potencial de aumento da produção agrícola, milhões de trabalhadores desempregados.

"Não obstante, um obstáculo crucial antepõe-se à retomada do crescimento: a submissão ao FMI aprofundou a deterioração de todo o sistema de financiamento público e privado. Ninguém desconhece o estado de pré-insolvência do sistema financeiro da habitação e de previdência social, a situação calamitosa das finanças estaduais e municipais, a asfixia das empresas estatais. Neste quadro e na presença de taxas reais de juros extremamente elevadas, cresce a instabilidade do sistema financeiro privado.

"Sob estas condições, qualquer tentativa de reanimação do fluxo de investimentos será bloqueada e pode resultar numa hiperinflação que desorganizará completamente o sistema econômico. A ameaça de explosão inflacionária é agravada pela insuficiência previsível da produção de alimentos de 1984/85 em virtude da atual política agrícola.

"Por outro lado, a crise degradou as condições elementares de vida de parcela substancial da população, gerando tensões que ameaçam desestruturar o corpo social. Do nosso ponto de vista, é prioridade absoluta resgatar para os grupos

sociais de baixa renda as condições mínimas de sobrevivência. Por isso, a transição democrática requer e pressupõe a adoção imediata de um Programa de Emergência.

"O Programa Social de Emergência deve abranger, pelo menos, as seguintes iniciativas:

a) criação de novos empregos, através de frentes de trabalho urbanas e rurais ao nível de salário mínimo para parcela significativa da força de trabalho desempregada;

b) estabelecimento de um programa de oferta de alimentos básicos a preços reduzidos, ampliando experiências bem-sucedidas com formas alternativas de comercialização;

c) reajuste salarial segundo o INPC pleno para todas as faixas, revogando-se, neste particular, o Decreto-lei nº 2.065;

d) compatibilização imediata das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação à sua capacidade de pagamento.

"O Programa Social de Emergência deverá ser concebido e implementado de forma descentralizada, adequando-se às características específicas de cada região. O compromisso social que ele encerra deve ser entendido como ponto de partida para a definição de um conjunto de políticas de longo alcance, especialmente dirigido para as populações das regiões mais pobres.

"Tanto o financiamento do Programa Social de Emergência quanto a retomada não inflacionária do crescimento exigem a remoção imediata dos obstáculos postos pela deterioração do sistema de financiamento público e privado. Medidas financeiras e fiscais incisivas precisam ser implementadas, iniciando-se com a desdolarização dos ativos e passivos das empresas e instituições financeiras e pela desindexação dos papéis de curto prazo — preservando-se a correção monetária pós-fixada plena apenas para as cadernetas de poupança e para uma nova categoria de títulos públicos de longo prazo, não negociáveis no mercado secundário. As dívidas entre os diferentes níveis governamentais devem ser assumidas pelas autoridades monetárias, sendo também necessário consolidar as dívidas das em-

"De outro lado, é absolutamente prioritária a desativação dos perigosos mecanismos de generalização inflacionária atualmente instalados. A desindexação seletiva, com redução simultânea das taxas de juros, deve abrir o caminho para uma quebra das expectativas aceleracionistas. A rigorosa reimposição dos controles de preços, o espaçamento dos reajustes dos preços básicos administrados, o combate a pressões altistas sobre preços agrícolas através de importações de emergência ou contingenciamento de exportações devem ser utilizados como instrumentos para restabelecer a credibilidade da política anti-inflacionária. O desatrelamento da taxa de câmbio dos ativos e passivos internos permite, de outro lado, a preservação do realismo cambial, sem os graves inconvenientes atuais.

"Nessas condições, será possível a recuperação econômica sem o risco de uma explosão inflacionária. A subida do nível de emprego e de utilização da capacidade produtiva propiciará a gradual recomposição dos salários reais. Entretanto, para alcançar esse objetivo é indispensável assegurar, desde logo, o direito de greve e plena liberdade sindical.

"No plano das relações financeiras externas, a retomada do crescimento requer a mudança da postura de negociação até agora adotada, buscando estancar a transferência de recursos reais para o exterior, com redução significativa nas taxas de juros e reescalonamento de prazos utilizando-se da moratória, se necessário. Ademais, a reativação da economia exigirá a expansão simultânea das importações, sendo então indispensável preservar e ampliar no quanto for possível o nível de reservas cambiais do País. É importante também alertar que a rápida reversão do estado de asfixia cambial, em 1984, decorreu de condições excepcionais no mercado internacional, não sendo admissível que a projeção desse quadro sirva de base para a formulação de políticas de balanço de pagamentos.

"A retomada do crescimento deverá buscar a recuperação da taxa histórica de 6 a 7% ao ano, condição básica para uma expansão adequada do nível de emprego e da renda per capita. Essa expansão deverá assegurar, com base num processo de ampla participação social, a definição de políticas que re-